



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 240\$
A 1.ª série . . .	80\$
A 2.ª série . . .	80\$
A 3.ª série . . .	80\$
Para o estrangeiro e colônias	acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 26\$00 a linha, acrescido do respectivo imposto do sítio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-ix-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sítio branco.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto-lei n.º 34:826 — Abre um crédito destinado a reembolso de títulos do empréstimo de 4 por cento de 1886.

Decreto-lei n.º 34:827 — Altera o mapa IV anexo à Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.º 31:665, na parte respeitante a segundos verificadores.

Ministério da Guerra:

Decreto-lei n.º 34:828 — Mantém em vigor a portaria n.º 9:429, que concentra nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico todas as reparações de aviões e motores necessários ao serviço da aeronáutica, e dá como satisfazendo aos preceitos legais todos os actos já praticados em execução das suas disposições.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 34:829 — Autoriza o reforço de várias verbas inscritas no orçamento da despesa ordinária da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 1.º do orçamento privativo da despesa da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 34:826

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 29:215.724\$87, destinado a reembolso de títulos do empréstimo de 4 por cento de 1886, devendo a mesma importância constituir a dotação do capítulo 29.º, ar-

tigo 402.º, do orçamento de despesa extraordinária respeitante ao corrente ano económico do mencionado Ministério, sob a rubrica «Pagamento do reembolso de títulos do empréstimo de 4 por cento de 1886, nos termos do decreto-lei n.º 33:987, de 28 de Setembro de 1944».

Art. 2.º É inscrita igual importância de 29:215.724\$87 no orçamento das receitas extraordinárias do mesmo ano económico, em artigo 261.º-A, do capítulo 9.º, sob a rubrica «Produto da venda de títulos para amortização da dívida pública».

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1945. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caeiro da Mata — Clotálio Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 34:827

Tendo sido elevado à categoria de delegação de 3.ª classe pela portaria n.º 11:048, de 1 do corrente, o posto de despacho de Vila do Porto, dependente da Alfândega de Ponta Delgada, torna-se necessário providenciar no sentido de ser abonada ao funcionário do quadro técnico aduaneiro que a chefiar a gratificação atribuída pelo mapa IV anexo à Reforma Aduaneira, de 22 de Novembro de 1941, aos chefes das delegações extra-urbanas;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É alterado o mapa IV anexo à Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941, na parte que se refere a segundos verificadores, nos termos seguintes:

Remunerações	
Vencimentos	Gratificações
11 chefes de delegações extra-urbanas	N (b) 300\$00
95 na verificação ou outros serviços	N —

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1945. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — An-